

ÀS ARMAS! A TRAJETÓRIA DA AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (1968–1974)

Carlos Eduardo Malaguti Camacho¹

A Ação Libertadora Nacional (ALN) foi uma organização de luta armada formada no ano de 1967, fruto de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro. Entre 1960 e 1970, ela foi a principal organização da esquerda armada no Brasil, destacando-se, sobretudo, pela quantidade de membros que conseguiu incorporar durante seus anos de atuação, além da forte estrutura construída. Assim, conseguiu realizar importantes ações de cunho radical, como assaltos a bancos, com o intuito de financiar a guerrilha, e sequestros de figuras públicas, que tinham como objetivo a troca com militantes presos. A ALN também se destacou por ter sido vista pelo regime militar como o principal grupo a ser reprimido, dentre outras coisas por contar com aquele que, na visão da repressão, era o inimigo público do governo, Carlos Marighella.

Apesar de sua atuação ter se dado na clandestinidade, a ALN se destacou como uma organização que produziu muitas publicações, principalmente de panfletos e pequenos jornais voltados para a população que sequer fazia parte dos circuitos da esquerda. O objetivo deste texto é analisar e refletir sobre os sentidos e os significados dessas publicações e de que maneira elas refletiram a cultura política da organização guerrilheira e como elas expressaram as tensões internas vivenciadas pelos seus militantes.

A primeira fase da ALN em seus panfletos: a denúncia da Ditadura e a defesa das armas

A ALN se formou em 1967 e, desde então, começou a realizar diversas ações armadas com vistas à expropriação de armas e dinheiro cujo objetivo era estruturar a guerrilha. Durante essa fase de estruturação da guerrilha foram localizados manifestos e panfletos elaborados pelo grupo que tinham o objetivo de explicar para a população o sentido das operações militares. A maioria desses panfletos foi espalhada nos próprios lugares em que aconteciam as ações armadas de expropriação. É possível argumentar que o sentido político de tal procedimento era justificar que aqueles roubos não eram comuns e possuíam um objetivo político claro. E, ao justificarem tais atos, os militantes da ALN buscavam construir uma narrativa na qual denunciavam a Ditadura Militar e todas as suas atrocidades para justificar a escolha pela luta armada.

Essa tática fica evidenciada a partir da análise do manifesto *Ao povo brasileiro*², datado de 1968³. Esse panfleto possui um texto curto, com a primeira coluna na frente e a segunda coluna no verso. O título encontra-se no canto superior esquerdo, acima da primeira coluna, destacado em negrito e em tamanho maior. Como marca d'água, no meio da primeira coluna no fundo do texto, encontra-se a alça com a mira, identidade visual utilizada como símbolo pela ALN. O mesmo símbolo foi colocado no final do texto, abaixo da segunda coluna, junto do nome da organização e de sua sigla, como assinatura.

No primeiro trecho do panfleto, a organização preocupava-se em denunciar o regime militar, falando sobre a censura, os baixos salários e chamando-o de fascista. Logo nos parágrafos seguintes, o texto passava a anunciar que a luta armada seria a única a enfrentar esse regime. O terceiro parágrafo diz:

A luta armada guerrilheira é o único caminho do povo brasileiro para a sua Libertação Nacional. Operários, camponeses, estudantes, padres, intelectuais e militares patriotas, homens e mulheres que não se calam, lutam pela libertação de nosso povo.⁴

O trecho demonstra, ao mesmo tempo, como se propagava a visão compartilhada pela ALN de que a luta contra a Ditadura e pela libertação nacional só poderia acontecer em forma de guerrilha. Ao mesmo tempo também revelava ao povo quais eram os sujeitos em luta, nomeando-os um a um. O texto continua explicitando como tais grupos têm lutado e quais os sentidos da luta guerrilheira:

A guerrilha ataca todos aqueles que oprimem ou colaboram com a opressão da ditadura. Expropria os grandes capitalistas, ataca a polícia levando suas armas, justiça agentes e espões da polícia, sequestra personalidades para trocar por revolucionários presos. A guerrilha tira do inimigo tudo aquilo que é útil para a luta do nosso povo.⁵

Nitidamente o manifesto tem a intenção de divulgar e explicar àqueles que não compõem as fileiras de militantes da guerrilha ou que não estão inseridos entre os setores da esquerda os motivos que os levaram a aderir a luta armada.

Após esse trecho, são colocadas cinco frases-sínteses dos objetivos da luta guerrilheira, destacadas em negrito e em tamanho maior. Esses objetivos vão desde derrubar a Ditadura e expulsar os imperialistas norte-americanos, até implementar um governo popular, passando pela melhoria de vida dos operários, camponeses e da classe média. Expressam os objetivos da luta sem que, em nenhum momento se conclame o leitor a fazer parte da mesma.

Esse panfleto é exemplar da forma como a ALN dialogava com aquelas pessoas que não estavam inseridas no projeto de luta armada ou mesmo na esquerda. Havia exclusivamente a preocupação de divulgar os ideais do grupo e explicar os motivos daquelas ações violentas. E não havia uma ideia sistemática de criar mecanismos para o diálogo nem a ideia sempre presente nos setores de esquerda de conscientização das massas. Além disso, tais panfletos e manifestos eram divulgados sem seguir uma lógica definida, sendo muitas vezes distribuídos nos lugares em que ocorriam operações militares, mas não em todos os casos.

Não existia nenhum tipo de debate interno na organização que pensasse na necessidade do apoio das massas. Na ideologia presente na formação da ALN havia o princípio de que “a ação faz a vanguarda”. Partindo dessa ideia *vanguardista*, a relação com as massas não seria feita pelo diálogo, mas sim do exemplo da ação e do uso da luta armada, sem necessidade do uso de propaganda ou discussão, visto como algo imobilista e relacionado às práticas partidárias. Nesse sentido, desde que foi fundada, a ALN se pretendeu uma organização pequena e clandestina e, por esses pontos, não haveria espaço para criar grandes ferramentas de diálogo e debate com as massas.

Por isso, quando se voltava para as massas externas à esquerda, a ALN pretendia explicar para a população o uso da violência. Outro documento que demonstra essa tática foi o manifesto divulgado no *justiçamento* do capitão do exército norte-americano, Charles Rodney Chandler⁶.

O folheto foi espalhado pelas ruas de São Paulo, no dia 12 de outubro de 1968, data em que ocorreu o assassinato de Chandler. O panfleto explicava os motivos do crime, argumentando que o capitão seria responsável por ensinar táticas de tortura para os órgãos de repressão no Brasil. Os panfletos deste caso são de frases curtas, tais como

Justiça revolucionária executa o criminoso de guerra no Vietnam, Chandler, e adverte a todos os seus seguidores que, mais dia menos dia, ajustarão suas contas com o Tribunal Revolucionário.⁷

Outro panfleto afirma que:

O assassinato do Comandante Che Guevara, na Bolívia, foi cometido por ordem e orientação de criminosos de guerra como este Chandler, agente imperialista notório, e responsável pela prática de inúmeros crimes de guerra contra o povo do Vietnã.⁸

Nota-se que há uma preocupação em explicar os motivos pelos quais tomaram aquela decisão, porém se usa poucos argumentos e o próprio panfleto se preocupa muito mais em advertir outros torturadores que teriam o mesmo destino caso seguissem com essas práticas. Nesse ponto, o panfleto tem um tom muito mais de enfrentamento ao falar mais diretamente para os órgãos de repressão e não para a população. Isso talvez diga muito a respeito da ALN nos seus primeiros anos de atuação, em que importava muito pouco o diálogo com a população e que a ideia da organização do setor de *Frente de Massas* tinha um sentido distinto do de criar mecanismos de contato com setores externos à esquerda.

O que se pode aferir dessa análise da forma como a ALN se relaciona com as massas é que isso não acontece de maneira sistemática. Não se buscou em nenhum momento nesses primeiros anos de atuação da organização guerrilheira um diálogo com as massas para se estabelecer contato com as mesmas.

A única ação dessa fase que contrasta com essa ideia foi a tomada da Rádio Nacional e a divulgação da “mensagem aos patriotas brasileiros”. Mas ela foi esporádica e aproveitou uma condição favorável para que acontecesse⁹. Nesse sentido, não se pode afirmar que fez parte das estratégias da organi-

zação naquele momento. A edição do jornal *O Guerrilheiro*, de abril de 1968 deve ser encarada da mesma forma¹⁰. Sua publicação naquele formato de periódico e com textos voltados para a comunidade externa à luta armada representou uma tentativa do grupo de estabelecer diálogos externos, mas que não foi consolidado, sendo a única edição naquele formato na primeira fase da ALN. Portanto, não é possível verificar uma estratégia elaborada por parte da ALN, que teria como função atingir a população que não fosse ou dos círculos da esquerda ou vislumbrados no projeto revolucionário do grupo.

E isso se refletiu até mesmo na estrutura da organização em que o setor conhecido como *Frente de Massas* possuía como função se voltar para esses sujeitos compreendidos como potenciais revolucionários, inserindo os mais capazes militarmente como militantes do grupo. Essa ideia está presente no texto *Questões de organização*, datado de dezembro de 1968 em que Carlos Marighella apresentou a estrutura da ALN, indicando quais seriam as funções do *Grupo Estratégico*, do *Grupo Tático* e da *Frente de Massas*:

A frente de massas— tendo à frente o movimento estudantil— desempenhou um papel sem precedentes na luta antitadadura. Ocupações, passeatas, protestos, greves, a luta contra a censura, a prisão de policiais para a troca por prisioneiros políticos, constituíram formas de luta de massas de nível elevado.¹¹

Observando o trecho, nota-se que a *Frente de Massas* era composta por grupos políticos organizados, como no caso citado, o Movimento Estudantil. Sendo assim, sua função era dialogar com setores organizados e traçar relações com os mesmos tendo como objetivo final inserir militantes nas fileiras da organização, sem intenção de dialogar com a base da sociedade.

A segunda fase da guerrilha: transformações estratégicas diante da repressão do regime militar

A promulgação do Ato Institucional número 5, em dezembro de 1968, significou uma inflexão para toda a esquerda brasileira. Diversos setores contrários ao regime militar enxergaram que, de fato, a saída seria partir para a luta armada, uma vez que, para muitos, haviam se esgotado as formas de resistência ditas como legais.¹² Nesse quadro, o radicalismo dos grupos contrários ao regime se intensificou e, após o AI-5, é possível identificar uma tendência de grande parcela da esquerda no Brasil de seguir o radicalismo da luta armada. Assim, a ALN passa a ganhar mais adeptos, consolidando-se como a organização de luta armada mais importante, ganhando corpo para suas

ações.¹³ Por outro lado, o AI-5 e a institucionalização da repressão¹⁴, também moldaram mecanismos ainda mais eficazes para combater as organizações guerrilheiras.

No entanto, o AI-5 é apenas uma faceta desse processo de intensificação da repressão pela qual a Ditadura Militar passou entre os anos de 1968 e 1969. Diversas diretrizes repressivas passaram a compor o quadro do governo, e o combate às organizações guerrilheiras foi o principal foco desse momento, com a organização da Operação Bandeirante e, posteriormente, sua institucionalização através do DOI-CODI.¹⁵ Foi com da Operação Bandeirante que os grupos guerrilheiros passaram a ser vistos como os principais inimigos da Ditadura e foi a partir daí que começou o emprego sistemático dos métodos de tortura.¹⁶

Outro aspecto fundamental para compreender essa transformação pela qual a organização passou é a própria constituição da Operação Bandeirante. Mariana Joffily mostra como a instauração da Operação Bandeirante foi decisiva para desarticular as organizações de esquerda armada por meio da obtenção de informação de maneira instantânea para combater atos “terroristas”. A autora afirma que:

Para os órgãos repressivos, tratava-se ao mesmo tempo de acumular conhecimentos sobre as organizações de esquerda e suas formas de atuação, e aprimorar as técnicas de extração de dados dos militantes capturados em sessões de interrogatórios mais bem preparadas. Esse intento foi alcançado com a criação da Operação Bandeirante e depois com a instituição dos sistemas DOI-Codi em diversas capitais do país.¹⁷

A autora destaca que, para combater as ações da guerrilha urbana, a repressão criou uma operação baseada na obtenção de informações que, por sua vez, seriam coletadas com a tortura de militantes presos. Os órgãos de repressão formaram uma ação em conjunto com diversas unidades do 2º Exército, cujo objetivo era investigar as ações de cunho político. Recolheriam todas as informações possíveis sobre o tema e analisariam os processos que tinham como alvo militantes de organizações armada.¹⁸ A partir da formação desse núcleo especializado, diversos militantes das organizações clandestinas já atuantes – principalmente da ALN – começaram a ser presos, resultando assim em severas baixas para as organizações.

Porém, a própria Joffily mostra que esse esforço foi apenas a base para a criação de um aparato muito maior e mais complexo, que foi a *Operação Bandeirante*. A OBAN foi criada oficialmente em 1º de julho de 1969, com os destacamentos dos três setores das forças armadas: o Exército, a Marinha e

a Aeronáutica, além de reunir os demais órgãos da Segurança Pública. Tinha como objetivo “identificar, localizar e capturar os elementos integrantes dos grupos subversivos que atuam na área do II Exército, particularmente em São Paulo, com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertencam”.¹⁹ Dessa forma, se percebe que com a criação dessa operação, os militantes de luta armada passariam a sofrer com uma repressão especializada e que tinha como claro objetivo dismantelar suas organizações.

Com essa perseguição institucionalizada e direcionada decisivamente para os grupos guerrilheiros, a luta armada passou por momentos de intensa repressão, tendo que enfrentar, pela primeira vez, o regime militar munido de ferramentas próprias para combater suas ações. Não foi por acaso que, diante dessa conjuntura de repressão e isolamento, a ALN modificou seu modo de lidar com as massas e ressignificou a atuação da *Frente de Massas*, como será analisado nos documentos a seguir.

O novo significado da Frente de Massas

A partir dos golpes sofridos pela ALN com o aumento da repressão, foi possível identificar uma sensível mudança nos mecanismos de dialogar com as massas. Inclusive o próprio papel da estrutura da *Frente de Massas* passou a ter outro significado.

Em um trecho do documento chamado *Carlos Marighella: vida e obra criadora*, Joaquim Câmara Ferreira, aborda o que seria a *Frente de Massa* e fica nítida a diferença na forma como ela foi vista:

O documento “Questões de Organização” assinala que a organização terá uma frente de massas, dedicada fundamentalmente ao trabalho nas fábricas, bairros, escolas, fazendas etc., partindo das reivindicações imediatas, mas sempre com uma perspectiva geral revolucionária. A essa “frente” cabe convencer às massas, tanto através da propaganda como da sua própria experiência, da necessidade da luta armada e guerrilheira.²⁰

Esse texto é elucidativo dos rumos que a ALN tomou após a morte de seu líder e fundador. Na reconstrução feita a partir de 1970, a nova liderança definiu a função da *Frente de Massas* como sendo responsável por elaborar formas de *convencer* as massas através da propaganda. Função essa totalmente distinta daquela vislumbrada por Marighella e apresentada no documento *Questões de Organização*.

A expressão definitiva dessa nova fase foi a publicação do jornal *Venceremos*, o periódico mais constante que o grupo teve e que se voltava para

os grupos sociais que não faziam parte da esquerda. O jornal *Venceremos* foi claramente a produção mais significativa da segunda fase da trajetória guerrilheira da Ação Libertadora Nacional pois representou essa nova estratégia de se relacionar com as massas em busca de apoio justamente no momento mais crítico da repressão. Ao mesmo tempo, ao analisar esse periódico, foi possível compreender como a atuação em conjunto com demais grupos armados foi algo maior do que experiências esporádicas e circunstanciais.

O Jornal *Venceremos* como expressão da política de massas da ALN

Venceremos foi um periódico da ALN que circulou entre abril de 1971 e fevereiro de 1972, com certa periodicidade e estrutura padrão. Sua diagramação seguiu a mesma nas seis edições encontradas, apesar de ter extensão que variou entre edições com seis páginas e outras com 14. Sua estrutura era a de um jornal, ainda que fossem de menor tamanho do que o padrão dos periódicos não clandestinos. Os textos são variados, trazendo notícias nacionais e internacionais, artigos de opinião e reportagens mais longas sobre determinados temas. Além disso, as últimas páginas eram voltadas para a publicação de manifestações artísticas de todo o tipo, como poemas, crônicas, contos e até mesmo charges. O uso de fotografias e imagens em geral é muito constante nesse periódico. Outro elemento interessante é a repetição de determinadas sessões, como as páginas intituladas de *Internacional*, aquelas chamadas de *Opinião Livre*, o *Editorial* e uma área destinada a falar sobre as *Ações Armadas*.

A capa do jornal traz seu título na parte superior, em caixa alta e com letras grandes, destacadas por uma estrela antes do título e a alça na mira depois. Junto ao título, separado por dois traços, são informados o número da edição e sua data referente ao mês de publicação. Ainda no cabeçalho há a frase “este jornal **não** é censurado pela ditadura (grifo no original)”. Logo abaixo há um desenho, centralizado ainda na parte superior acima dos textos, representando pessoas empunhando fuzis. Do lado esquerdo desse desenho, em caixa alta e letras grandes foi escrita a frase “ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil”. Do outro lado, foi escrito “se dez vidas tivesse, dez vidas daria”. Todo o restante da primeira página foi composta pelos textos do jornal. Por fim, em uma caixa no canto direito inferior da página é apresentado o preço da publicação que era de Cr\$ 1,00. Todas as edições localizadas seguem esse mesmo padrão.

Ele se constituiu em um formato de jornal propriamente dito, com o cabeçalho que contém o título em letra maior e centralizada no topo da pá-

gina, seguido pela edição, mês e o lugar de produção, marcado como Brasil. Abaixo dessas informações está escrita a frase “este jornal **não** é censurado pela ditadura”. [grifo original]. Ao mesmo tempo em que essas informações dão conta de expressar a vontade da organização de produzir um periódico nos mesmos moldes dos jornais comuns, afastando-se da ideia de panfletos políticos, também marca de saída a sua posição política, ao falar que ele “não era censurado pela ditadura”.

No segundo texto é apresentada a figura da alça na mira de uma arma de fogo²¹, e um pequeno texto explicando que aquele seria o símbolo de *Venceremos*, e que aquele símbolo representava a luta para derrubar “helicópteros e caminhões de opressores”. O texto se encerra com a ameaça de que a “alça na mira pode apontar para os canalhas e dedo-duro do Brasil, então andem na linha...”.

A estrutura do jornal revela como ele possuía a intenção de ser apresentado como um periódico de fato e até mesmo o fato de possuir um preço de venda demonstra a intenção do grupo de afirmá-lo como algo distinto de um panfleto político. É evidente que diversos símbolos na sua própria capa revelam que aquele jornal pertence a grupos que lutavam contra a Ditadura e, mais do que isso, que ele era uma publicação dos grupos guerrilheiros. Na primeira edição, de abril de 1971, o jornal apresentava na primeira página o símbolo da alça na mira, afirmando que aquele seria o símbolo do *Venceremos*. Ao explicar o símbolo, afirmava-se que estavam:

De mira nos canhões que derrubam helicópteros dos agressores norte-americanos no Vietnã e no Laos e dos fuzis que já estão em ação no Brasil. Quem será o próximo a ser focalizado pela mira telescópica do venceremos? Canalhas e dedos-duros do Brasil: ande na linha, senão...²²

É evidente que o jornal se propõe como um periódico dos grupos de luta armada que estavam atuando no Brasil. No entanto, há uma tentativa de construção narrativa do jornal que buscava apresentar uma certa neutralidade, no sentido de ser uma publicação que visava informar o seu leitor.

Esse sentido informativo pode ser verificado na primeira edição, em um texto de quatro parágrafos que denuncia um suposto responsável por financiar os centros de tortura no Brasil. O texto se iniciava com o título “este homem que paga os carrascos da OBAN” e a foto de Pery Igel. O primeiro parágrafo apresentava o personagem, dono da companhia Ultraz. No segundo parágrafo, o texto afirmava que Igel chefiava um grupo de empresários paulistas, entre eles Sebastião Camargo, da construtora Camargo Corrêa, que teriam se articulado para financiar as torturas da polícia. O texto se encerra denunciando a Oban:

A Oban – criada pelo ex-governador Abreu Sodré – é uma das organizações da repressão onde mais se torturaram presos políticos e onde muitos já foram assassinados. Atualmente tem outro nome: chama-se Codi, mas continua funcionando na delegacia da rua Tutóia, em São Paulo.²³

O texto apresentado como uma denúncia da tortura tem caráter informativo e se esforçava para desconstruir a visão positiva que a Ditadura possuía. Por outro lado, é interessante notar como os termos empregados são abrangentes e não fazem parte dos vocabulários compartilhados exclusivamente pela esquerda. Nesse sentido, o jornal se voltava para as massas que não faziam parte dos militantes de esquerda, com o sentido de convencê-las da barbárie da Ditadura.

Essa mesma lógica segue em outros textos da mesma edição, como o apresentado na página cinco, intitulado “camponeses comem palma forrageira”. O texto de nove parágrafos afirma que quatro moradores do município de Cupira, em Pernambuco, teriam morrido de fome. Após a notícia, ele aborda de maneira geral como aquele município e seus habitantes passavam por situações de extrema necessidade diante da fome que assolou a região, citando algumas pessoas que estavam se alimentando da mesma planta que servia de alimento ao gado. Nos últimos parágrafos, o tom de denúncia cresce, atingindo os poderes públicos locais e federais:

As autoridades do Estado de Pernambuco e do Ministério do Interior não tomaram nenhuma atitude que visasse solucionar esse problema de alimentação dos camponeses e de trabalho, uma vez que com o fim das chamadas ‘frentes de trabalho’ milhares de camponeses ficaram desempregados.²⁴

É nítida a tentativa de construção narrativa que responsabiliza aquela situação de calamidade pública como sendo de responsabilidade das esferas governamentais. Por fim, o texto apresenta um complemento da mesma notícia relatando que a população fez alguns saques de alimentos, distribuindo-o e se encerra apresentando como a polícia reagiu aos saques:

Com a chegada de reforços, ‘os macacos’ da polícia militar reprimiram violentamente os flagelados e prenderam muitos camponeses que se encontravam sem emprego por causa da seca e da política agrícola dos terroristas fascistas que estão no poder.²⁵

A ideia é sensibilizar as pessoas e denunciar como o regime atacava a população mais pobre e era responsável pelas mazelas vivenciadas por ela. É

peculiar observar o uso do termo “terrorista” para falar sobre a polícia, pois era justamente dessa forma que o governo se referia aos guerrilheiros. Ao usar esse termo, há uma intenção subentendida de demonstrar quem são os verdadeiros terroristas: aqueles responsáveis por reprimir o povo. E esse povo sequer pertencia aos grupos que lutavam contra a Ditadura. Pelo contrário, eram camponeses pobres que passavam fome.

Portanto, é justamente dessa forma que se realiza o contato com as massas na segunda fase da trajetória da ALN. Há uma clara busca em desconstruir o discurso positivo propagado pela Ditadura em busca de desmontar seu apoio popular, conquistando assim apoio aos que lutam contra ela: a guerrilha. Isso não pode ser compreendido como algo aleatório, pois o próprio Joaquim Câmara Ferreira anunciava a necessidade de conquistar o apoio das massas. Do mesmo modo, o jornal começou a circular justamente no momento de maior repressão contra os grupos de luta armada, o que pode ser visto como uma resposta a esse contexto.

De modo correlato, é preciso destacar como alguns aspectos da ideologia própria da ALN permanecem estruturados da mesma forma nessa segunda fase. A escolha de a notícia relatar a situação de trabalhadores no campo e mesmo o uso do termo camponês revela como ainda estava presente no imaginário social do grupo a sua importância no processo revolucionário. A forma elogiosa como o texto trata esses trabalhadores, ressaltando o fato de terem saqueado e levado as mercadorias para a praça central para dividir com a população revela claramente a visão que a ALN possuía sobre esse grupo e como, na visão dos militantes, os camponeses eram os sujeitos para realizar a revolução social.

Textos dos mesmos moldes são encontrados nas outras edições do jornal, como foi o caso da reportagem sobre o aumento no custo de vida, na segunda edição do *Venceremos*, de maio de 1971. Na página 13 dessa edição constava uma seção sobre economia, na qual se destacava o “desenvolvimento” utilizando a simbologia de colocar o termo entre aspas. A matéria de duas colunas aborda, já em seus dois primeiros parágrafos, a entrada de capital estrangeiro no Brasil, inclusive apresentando dados estatísticos do Banco Central e do Departamento Nacional de Registro do Comércio. Ao identificarem essa entrada de capital estrangeiro, a matéria posiciona-se de maneira incisiva sobre como ele seria prejudicial para o próprio Brasil. O tom de denúncia continua na reportagem, que passava a relacioná-la com a ausência de democracia e de liberdades individuais imposta pelos generais da Ditadura:

(...) não devemos esquecer que os generais sustentam que a democracia, o Estado de Direito e as liberdades individuais não deveriam vir antes de tudo, mas sim depois de tud.²⁶

A matéria criticava os generais e seu argumento de que primeiro a economia deveria crescer para que posteriormente se pudesse abrir a sociedade para um regime democrático. O texto construiu uma relação na qual o discurso do regime militar de impedir as liberdades democráticas tinha como sentido garantir um crescimento econômico antes de o país retomar sua democracia. No entanto, mesmo esse crescimento econômico seria nocivo para o próprio país:

Para os militares que se encontram no poder, a democracia é uma ‘sobremesa’ a ser servida após o ‘desenvolvimento’ econômico. Esse ‘desenvolvimento’ baseado na desnacionalização de nossas empresas e no ‘entreguismo’ do Brasil às nações desenvolvidas e em especial aos Estados Unidos da América do Norte, sustentáculo da Ditadura Militar.²⁷

A construção narrativa procurou apresentar outra vez as contradições do desenvolvimento econômico criado pela Ditadura Militar e representada pelo milagre brasileiro. Do mesmo modo que a “desnacionalização” das empresas brasileiras é veementemente criticada, também se direcionavam ataques ao modelo de governo, ressaltando a ausência de democracia e de liberdades individuais. Como foi fundamentado pelos principais historiadores que se debruçaram sobre o tema, os grupos de luta armada não tinham como projeto político a luta por democracia.²⁸ Não se localizou tais reivindicações durante a primeira fase da ALN. Nesse sentido, a presença desse expediente na matéria pode ser vista como uma tentativa da organização de estabelecer diálogos com demais setores da sociedade, que poderiam não ser mobilizados pelo discurso revolucionário, mas sim pela luta por democracia e liberdade.

Portanto, outra vez se observa como o *Venceremos* cumpriu um papel importante na constituição de um canal voltado para a população externa à esquerda e a luta armada e se voltou para matérias que visassem desconstruir essa imagem positiva da Ditadura, atacando principalmente seus maiores trunfos que eram o desenvolvimento econômico e o milagre brasileiro. É possível afirmar que essa característica da ALN foi algo próprio da segunda fase de sua guerrilha e demonstrou também uma virada na própria relação com a população em geral e uma nova função do setor de massas.

É preciso esclarecer o que está sendo chamado aqui de relação com as massas. Ficou claro que o discurso do grupo indicava o camponês e o operário como o agente social que será fundamental para o processo revolucionário. Entretanto, outros setores aparecem de modo significativo na visão do grupo, como é o caso dos estudantes e dos operários e até mesmo alguns grupos religiosos. Após as baixas sofridas, a ALN passou a se preocupar em dialogar

com setores mais amplos da sociedade brasileira. São esses setores que estão aqui sendo chamados de *massa*, por serem compostos por parcelas heterogêneas da população.²⁹

Nesse sentido, as condições materiais podem ter sido um fator determinante na confecção e distribuição do *Venceremos*, principalmente no que diz respeito aos seus textos e seu projeto voltado para as massas. A ausência de apoio e de militantes, somada a uma campanha totalmente contra a guerrilha pode ter levado a organização a adotar essa nova estratégia de dialogar com a população externa à luta armada.

Esse novo momento representou para a ALN a busca por respaldo popular a seu projeto revolucionário, estratégia que jamais foi colocada em prática durante a primeira fase de atuação do grupo que direcionava seu discurso para os operários e os camponeses. Mas todos esses setores eram contatados de maneira direta, não com ferramentas de diálogo. Com isso, a partir da publicação de *Venceremos*, a ALN desenvolveu um projeto voltado para as massas, destoando do modelo vanguardista que foi característica da organização e que, segundo Denise Rollemberg, teria se intensificado ainda mais a partir de 1970 quando o grupo caminhou para um militarismo mais exacerbado.³⁰ Ainda que de fato na prática tenha sido um momento de intensificação das tarefas militares e que internamente o militarismo tenha se sobreposto aos aspectos políticos e ideológicos, analisando o *Venceremos* fica evidente que houve uma tentativa do grupo de mobilizar as massas.

E essa tentativa pode significar de algum modo a influência que as críticas feitas pelos grupos dissidentes tiveram na organização matriz. Cabe lembrar que o MOLIPO³¹ e principalmente a Tendência Leninista TL³² eram críticas da forma como o grupo estava estruturado, com um viés cada vez mais voltado às ações militares e seu afastamento das massas. Como foi visto anteriormente na análise do documento *Uma autocrítica necessária*, elaborada pela TL, há uma forte defesa das instituições democráticas, chegando a citar que:

Por isso cremos que a limitada luta em torno de reivindicações democráticas que esses setores podem desenvolver, deve ser por nós apoiada e aprofundada em termo de luta de massas.³³

Na visão da Tendência Leninista, seria necessário reformular a luta política inserindo aspectos de reivindicações democráticas com o intuito de mobilizar os demais setores da sociedade. Ao fazer isso, seria criada uma política de massas que passaria a servir de base de apoio à luta armada. Esse tipo de mudança foi justamente aquela encontrada na análise do periódico *Venceremos* e, mesmo que a ALN tenha rejeitado e rebatido esse documento, des-

qualificando tanto o texto como os militantes da TL, é possível que algumas ideias tenham incidido na organização e servido para algumas mudanças na estratégia de ação, observando a importância de apoio da base da sociedade.

Entre militantes que ainda estavam atuando na luta armada no Brasil havia um debate nesse sentido. Em janeiro de 1971 foi divulgado entre eles o documento intitulado *Balanço dos três anos*, um texto de cinco páginas, assinado pela própria organização. Nele se expressava a necessidade de reavaliar a trajetória, e são assumidos os erros cometidos ao longo de sua atuação, inclusive o militarismo. Eles explicam que:

Ao nível de trabalho da organização o militarismo se caracteriza pela subordinação de todos os outros setores ao GTA. O trabalho de massas e a infraestrutura eram apenas apêndices do órgão militar.³⁴

Nota-se que mesmo internamente entre os militantes que não romperam com a ALN havia uma posição crítica com relação à -a predominância das ações de cunho exclusivamente militares. E também se criticava a falta de trabalho com relação às massas:

O trabalho de massas foi encarado como 'heresia' durante muito tempo e o único fator que fez com que se mantivesse as ligações com os companheiros dirigentes da frente de massas era o fato de que ela fornecia suprimentos de novos quadros e a maior parte de infra-estrutura da Organização.³⁵

Aquilo que se apresenta como uma deturpação da tática revolucionária foi, na verdade, a forma como a ALN se estruturou desde o início de sua campanha, sem ter uma política voltada para a população externa à esquerda. É nítido como isso começou a ser questionado diante dos retrocessos, prisões e mortes que a organização enfrentou. Com isso, houve a necessidade de começar a empreender uma política voltada para as massas, pois a organização guerrilheira vinha minguando e precisava contar com apoio externo para o seu projeto revolucionário. Por isso essa crítica ao militarismo e à ineficiência dos setores responsáveis por dialogar com as massas.

Portanto, seja por incidência externa dos grupos dissidentes, seja em decorrência dos balanços internos feitos pela própria ALN, foi notória a modificação na tática guerrilheira a partir da segunda fase de atuação do grupo. E essa mudança foi uma reação à conjuntura política. Assim, mais uma vez se observou como o cotidiano da clandestinidade e da violência radical da luta armada moldou fortemente os planos estratégicos dos grupos guerrilheiros, pois como foi visto, ideologicamente não estava prevista essa função para a

Frente de massas. Foi a necessidade criada pela conjuntura política que fez com que essa mudança acontecesse.

Também é necessário ressaltar que, mesmo que essa tática tenha sido empreendida, não significa dizer que ela foi bem-sucedida. Ao contrário, a segunda fase da trajetória guerrilheira da ALN foi marcada por uma dinâmica de intensificação das ações militares. E isso gerou um paradoxo, pois, no mesmo momento em que se preocupou com o diálogo com a população, o aumento do militarismo e do uso da violência afastou ainda mais as vanguardas das massas, fazendo com que ocorresse um isolamento de seus militantes.

Sobre essa questão, Marcelo Ridenti aponta que a escolha da metodologia da luta armada fez com que se negasse a própria política, pois a guerrilha não se concretizou como um lugar desse tipo de luta³⁶. Além disso, a impossibilidade de criar relações com a sociedade fez com que os grupos de luta armada não representassem nenhum setor ou anseio político, o que os levou a uma marginalização cada vez mais intensa. Nesse quadro de isolamento, a repressão aumentou a perseguição, atacando fortemente as estruturas físicas da organização, estourando aparelhos e apreendendo armas e materiais voltados para a guerrilha.

Como resultado, intensificaram as expropriações de armas e dinheiro para conseguir manter a estrutura guerrilheira, sobretudo porque manter os militantes na clandestinidade era extremamente caro. Essa necessidade fez com que em algumas ocasiões fossem feitos três assaltos no mesmo dia, um ritmo completamente frenético que gerava desgaste físico e mental. Além disso, esse frenesi colocava os militantes em situações de perigo cada vez mais iminente, facilitando o trabalho dos órgãos de repressão.

Essa dinâmica constituída a partir de 1970 foi responsável por isolar ainda mais a ALN, deslocando o projeto político revolucionário para uma luta apenas por sobrevivência dentro da clandestinidade. A ALN jamais constituiu um projeto político em sintonia com a realidade social e política brasileira. Sua luta representava apenas os setores de esquerda impactados pela derrota desmoralizadora de 1964. Nem mesmo durante a fase de crescimento da guerrilha ela constituiu uma relação orgânica com as bases da sociedade, incluindo aí os sujeitos vislumbrados como revolucionários, os operários e os camponeses. Na segunda fase da guerrilha esse isolamento aumentou, levando-a ao fim.

A nova diretriz expressada pela criação de *Venceremos* não foi suficiente para enraizar o projeto revolucionário da Ação Libertadora Nacional e mesmo essas intenções foram minguando, resultando no fim da publicação periódica em fevereiro de 1972. Após essa data não foi localizado nenhum documento desse tipo. Analisando relatórios do Dops foi possível observar uma série de

assaltos a banco e a lojas de armas durante o ano de 1973, Nenhum tipo de ação foi registrado por esse órgão em 1974. Marco Aurélio Garcia afirma que “a ALN acabou assim como começou: sem formalidades”. Não existe um documento formal que ateste o fim da organização, dentre outros motivos também porque ela foi sendo derrotada aos poucos e os militantes não assumiriam essa derrota.

Os últimos documentos da organização, datados de 1973, foram marcados por debates internos entre os militantes. A grande maioria deles aconteceu nas páginas intituladas de *O Guerrilheiro*, o mesmo nome daquele primeiro jornal produzido e publicados pela ALN em abril de 1968. Nesse espaço, os militantes que seguiam atuando no Brasil continuaram reafirmando a inevitabilidade da luta armada na revolução, imaginário que os mobilizou até o fim, fazendo com que jamais assumissem tal derrota, como será visto agora.

As duas derrotas da ALN nas páginas de *O Guerrilheiro* e a defesa tardia da guerrilha

Como foi visto na análise do primeiro exemplar de *O Guerrilheiro*, de abril de 1968, tanto a estrutura como seu linguajar e as temáticas indicam que aquilo foi uma experiência para atingir grupos de militantes organizados externos à luta armada, mas constituídos em movimentos sociais ou políticos organizados. O segundo exemplar de *O Guerrilheiro*, publicado em novembro de 1970 cita essa primeira edição, explicando que não houve continuidade por dificuldade de todos os meios.

Mas essa nova edição foi uma nova proposta de periódico, como se nota já na estrutura. O formato do primeiro número, próximo ao de um jornal, deu lugar a uma publicação muito mais sóbria, quase em formato de livro. Os textos são corridos página após página e o único elemento gráfico diferente dos textos é a capa, que apresentava o título da publicação, sua edição e o mês de referência, bem como o símbolo da alça na mira.

Os números do jornal *O Guerrilheiro*, que foram publicados entre 1970 e 1973³⁷, possuem algumas semelhanças que permitem sua análise em conjunto. Os principais temas abordados são os erros cometidos pela organização que levaram àquela situação de derrota. Há uma intensa preocupação em fazer balanços sobre a trajetória da guerrilha para interpretar os erros e corrigi-los e fazer com que a revolução brasileira acontecesse. Na visão do grupo, foram alguns desvios casuais que teriam impedido, até aquele momento, que o processo revolucionário se desencadeasse. A metodologia da luta armada não foi questionada em nenhum momento.

A edição de número 5, correspondente aos meses de maio e junho de 1972, apresentava como primeiro artigo intitulado “corrigir os erros e avançar

na luta”, um texto de cinco páginas que, de saída, apontava a continuação do projeto de revolução armada. Ao mesmo tempo, eles rebatem as críticas feitas pelos partidários do “criticismo pequeno-burguês”, que apresentavam argumentos “vulgares e superficiais”. Esse “criticismo pequeno-burguês” representava o grupo de ex- militantes da esquerda armada que apontavam a metodologia como uma escolha errada e buscaram rever a estratégia.

Para os militantes que continuaram na ALN as derrotas eram fruto da força da repressão e da falta de preparo dos militantes. Esse é o único argumento apresentado como um erro cometido pela ALN até aquele momento. E esses erros seriam inócuos diante da inevitabilidade da revolução:

No futuro, o que será importante para os estudiosos dessa fase da história do nosso país não será tanto saber das derrotas passageiras, mas as causas que determinaram a impossibilidade do inimigo de nos destruir.³⁸

Essa crença ainda mobilizava os militantes remanescentes e, ainda que se aceite o momento de refluxo da luta e os erros cometidos, a guerrilha continua sendo defendida.

Por outro lado, no texto seguinte, algumas questões de ordem organizacional começaram a ser discutidas com o claro objetivo de recuperar o fôlego perdido com as recentes derrotas, apontando a ausência de inserção da organização em entidades sindicais, estudantis e setores intelectuais da sociedade brasileira, ressaltando a importância da política de massas:

Esse trabalho é importante, pois nos proporciona canais de penetração e comunicação com as massas, dando-nos possibilidade de informação, recrutamento e apoio. Se não temos esses canais de comunicação, não podemos tornar conhecidas nossas posições, trazendo como consequência um isolamento político da guerrilha.³⁹

Essa visão atesta a modificação nas táticas guerrilheiras no sentido de procurar reorganizar a inserção política da organização na sociedade. O texto também refletia sobre o isolamento dos militantes diante do restante da população:

Quando do lançamento da luta armada, houve uma radicalização de posições, justificada naquele momento, quanto à negação das formas legais de luta, em detrimento da luta armada. (...) Hoje, porém, vivemos uma situação em que a luta armada esta definitivamente firmada como método de luta.⁴⁰

A abertura para outras práticas de atuação foi justificada porque a via armada já havia sido enraizada como metodologia. Mas, naquele momento,

esse método estava sendo fortemente questionado. Assim, a revisão apontada no texto foi uma espécie de reação dos militantes remanescentes ao refluxo guerrilheiro e às derrotas vividas nos últimos anos.

A ALN entendia o processo de isolamento que estavam vivendo e de algum modo tentou reagir a isso, mas as condições radicalizadas da clandestinidade compuseram uma condição peculiar, na qual a prática cotidiana acabou por ditar os rumos dessa organização. Desse modo, os últimos dois anos em que a ALN ainda atuou no território brasileiro predominou exclusivamente a luta por sobrevivência em duas esferas: da própria vida e do projeto revolucionário.

Não existe nenhum documento formal que ateste o fim da organização, dentre outros motivos, também porque ela foi sendo derrotada aos poucos, e os militantes não assumiriam essa derrota⁴¹. Jacob Gorender apontou que, nos últimos anos, a ALN se caracterizaria pelos *justiçamentos* promovidos contra aqueles militantes que teriam traído a organização⁴². Isso poderia ser um motivo da ausência de clareza sobre os últimos anos do grupo, pois tal tema foi encarado como tabu por alguns interpretes.⁴³

Mas o que parece ser ainda mais fundamental para entender essa dificuldade é que seus militantes jamais aceitaram que ela havia sido derrotada, reafirmando sua força e permanecendo em luta.

A sobrevivência na situação de clandestinidade não foi o único fator a mobilizar os militantes nesse período. No campo simbólico, continuar atuando, mesmo que isso os levasse à morte, significava não abandonar o projeto revolucionário. Até os últimos escritos da organização essa questão esteve presente.

Os três últimos documentos da ALN que foram localizados datam do ano de 1973. Dois deles foram os últimos exemplares de *O Guerrilheiro*, respectivamente de janeiro e abril daquele ano. As duas edições são menores e a diagramação é menos elaborada, indicando uma condição maior de precariedade para que os jornais fossem produzidos.

A edição de número 9, datada de janeiro de 1973 trouxe um texto que indicava a continuação dos debates sobre o refluxo da luta armada. O texto é muito mais incisivo e direto nas afirmações que faz contra os que criticavam a metodologia:

A série de derrotas táticas sofridas pelo movimento revolucionário brasileiro provocou a formação de uma estranha e variada frente única de opiniões que junta desde os grupamentos fascistas e Filinto Muller, até antigos defensores da luta armada que ‘resolveram parar para pensar’, passando pelos reformistas e pelegos sindicais.⁴⁴

É emblemática a ênfase e a ironia ao colocarem os militantes que passaram a criticar o modelo da luta armada dentro dessa “frente única”. Os demais parágrafos do texto continuam associando os setores de esquerda contrários ao uso das armas com a própria ditadura, como indica o seguinte trecho:

Em um extremo a esquerda reformista e a oposição consentida, o imenso arraial de conciliadores de todas as matizes, se indignam contra as ações armadas por eles tachadas como ‘provocações’. No outro extremo a ditadura acena com os fantasmas do ‘terrorismo e da subversão internacional’ para justificar a repressão policial e a tirania que assolam o país.⁴⁵

Para os militantes da ALN naquele momento, o uso de armas estava sofrendo críticas irresponsáveis por parte dos militantes tidos como desertores. Para reagir, reafirma-se a inevitabilidade da revolução via guerrilha. Qualquer crítica feita a esse modelo recebia essa reação por parte dos guerrilheiros.

Aqueles que haviam atuado na luta armada e reavaliaram a metodologia são duramente criticados:

(...) de algum tempo para cá, outras teses começaram a proliferar, coletivos de grupos ou pessoas que em seus documentos ou programas defenderam a luta armada, ou mesmo chegaram a se engajar na violência revolucionária. Incapazes de compreender os desvios que motivaram as séries de derrotas táticas do movimento, passaram a acumulação de teorias e opiniões que, apesar de infestadas de citações clássicas passam a léguas de distância da tradição revolucionária marxista-leninista.⁴⁶

A resposta apresentada pelos militantes que seguiam na luta armada era desqualificar a tradição que daria base ao modelo que refutava o uso da violência. E para desqualificarem essa posição, o texto apresentou uma obra de Vladimir Lênin, de 1906, na qual são abordadas uma série de expropriações e justificações que ocorreram naquele período na Europa. Ou seja, os militantes mobilizavam qualquer tipo de leitura política buscando reafirmar as escolhas pelo uso da violência revolucionária. E esse é o ponto central ao analisar o fim da experiência guerrilheira da ALN.

Em toda a sua trajetória, a ALN atuou mobilizada pela crença na inevitabilidade da revolução via luta armada. Todas as tradições políticas - guevarismo, maoísmo ou mesmo os modelos da Argélia e do Vietnã eram ressaltados por terem como método o uso da violência.

Nesses momentos derradeiros da luta armada, em um contexto de intensa refração e derrotas, essas características permanecem e toda leitura po-

lítica teria como função justificar a permanência na luta. Nesse caso, não admitir o erro de interpretação do modelo revolucionário significou não aceitar a derrota e não desistir da luta. Por isso, no fim da experiência de luta, a reação aos chamados “desertores” era maior do que contra a própria Ditadura, como indicaram os documentos. Como naquele momento a ALN já estava praticamente derrotada do ponto de vista militar, seu combate se voltou contra a própria esquerda que fazia críticas àquele modelo revolucionário. Continuar apostando na guerrilha seria uma forma de não aceitar a derrota do projeto revolucionário, que sempre foi visto como inevitável. Nesse sentido se visualiza a força do imaginário social criado de que a luta armada seria a vanguarda que desencadearia a revolução. Ela foi um fator preponderante em toda a trajetória da ALN e foi responsável para que seu fim nunca fosse admitido.

Nesse sentido, concordamos com Marcelo Ridenti que diz que no final da experiência guerrilheira as organizações armadas perderam seu projeto político e passaram a enfrentar a Ditadura de modo restrito⁴⁷. Acrescenta-se apenas que no campo político houve um deslocamento da luta e a disputa de projeto revolucionário passou a ser o grande foco, fazendo com que se voltasse de forma virulenta contra os militantes que criticavam o uso de armas.

Portanto, ao analisar a experiência da ALN de 1967 até 1974 foi possível identificar uma forte ruptura no pensamento ideológico do grupo no que dizia respeito à função das bases da sociedade. No início da sua trajetória, a organização não via necessidade de atingir tais setores e projetou nas figuras do camponês e do revolucionário o papel de sujeitos históricos da revolução. No momento em que derrotas acometeram o grupo, isso foi repensado e a organização se reestruturou com a intenção de atingir essa base e conseguir sobreviver na situação de extrema repressão. Isso indica que, nas experiências da luta clandestina, ainda que as ideologias políticas sejam importantes, o cotidiano da repressão impactou decisivamente os rumos do grupo.

Mas, se essas ideologias políticas se modificaram de acordo com o endurecimento do regime, o imaginário social partilhado entre os militantes foi um catalisador em toda a trajetória reconstituída aqui. A crença de que as condições para a revolução estavam colocadas e que só faltava o ímpeto do uso das armas foi um combustível para reafirmar a continuidade da guerrilha, mesmo quando ela já havia sido derrotada.

Conclusão

Traçar a trajetória da Ação Libertadora Nacional por meio de suas publicações possibilita uma visão focalizada nas tensões internas dessa organi-

zação guerrilheira. Ao longo dessa reconstituição proposta no texto foi possível identificar de que modo a conjuntura política que o Brasil viveu durante o ano de 1968 incidiu decisivamente nas estratégias e no modo de operar do grupo, modificando, inclusive, a relação estabelecida com os grupos sociais distanciados da esquerda.

Além disso, essas publicações apresentaram uma leitura das tensões internas causadas pelas rupturas e pelas críticas feitas nos debates dentro da organização. As discussões propostas pelo documento *Uma autocrítica necessária* e as respostas a esse texto escritas nas últimas edições do jornal *O Guerrilheiro* demonstram como a própria metodologia da luta armada foi fortemente debatida pelos militantes que aderiram a esse projeto político.

Dessa forma, compreender as transformações da ALN em diálogo com a inflexão do próprio regime militar, revela o quanto a composição da cultura política dos grupos de luta armada foi impactada pela radicalidade da violência do dia a dia vivenciado pelos seus militantes, pois, mesmo defendendo em todos os textos e manifestos o objetivo de lançar a campanha de guerrilha rural, as condições materiais acabaram impregnando de tal maneira a ALN que ela se tornou exclusivamente uma guerrilha urbana.

Portanto, é seguro afirmar que, desde o final de 1970, a ALN se tornou uma organização política de luta armada totalmente distinta daquela que começou as atividades em 1967. E essas transformações foram consequências das modificações internas pelas quais passou a própria ditadura. Sendo assim, é notório que a constituição dos elementos que caracterizaram uma cultura política própria da esquerda radicalizada foi diretamente impactada e moldada pela própria repressão e com isso é possível concluir que, dentro de um horizonte de atuação extremo como é o da luta armada, sobra pouco espaço para questões estratégicas. O violento e incerto cotidiano acaba por forjar a forma pela qual o grupo se organizou.

Em questão relacionada, é preciso ressaltar como a força do imaginário social partilhado entre os militantes que pegaram em armas foi um catalizador dessa experiência guerrilheira. A ideia de que o uso das armas desencadearia um processo revolucionário inevitável mobilizou os militantes que aderiram à luta armada até o fim. Por isso mesmo a organização continuou até ser totalmente derrotada no campo militar. E, mesmo com a derrota militar inevitável, em diversos momentos se verificou uma luta interna entre os militantes, que se voltavam ferozmente contra aqueles que atribuíram o fracasso ao modelo de luta escolhido. E isso ocorreu porque aceitar o fim da organização seria aceitar a derrota desse imaginário social.

RESUMO

A proposta deste artigo é problematizar a trajetória da ALN, analisando as transformações que o grupo passou no período do pós-AI-5, utilizando manifestos e cartas produzidos pela própria organização, colocando-os em diálogo com o endurecimento do regime militar brasileiro. Com essa análise, foi possível identificar como a conjuntura política incidiu nas transformações pelas quais o grupo passou ao longo de sua trajetória. Além disso, foi possível identificar as tensões internas na organização por meio das rupturas e das críticas feitas pelos militantes que saíram do grupo. Assim, espera-se contribuir para preencher certas lacunas da historiografia sobre o tema e também para debater como a metodologia da luta armada funcionou como um imaginário social, que foi responsável por catalisar a atuação desses militantes, impedindo, ao mesmo tempo, a avaliação das ações do grupo.

PALAVRAS-CHAVE

Gerrilha; esquerdas; Ditadura-Militar.

A call to arms! The trajectory of the Ação Libertadora Nacional in the analysis of its publications. (1968 – 1974)

ABSTRACT

The proposal of this article is to problematize the trajectory of the ALN, analyzing the transformations that the group spent in the post AI-5 period, using manifestos and letters produced by the organization itself, putting them in dialogue with the hardening of the Brazilian military regime. With this analysis, it was possible to identify how the political conjuncture focused on the transformations that the group has undergone along your trajectory. In addition, it was possible to identify the internal tensions in the organization through the ruptures and criticism made by the militants who left the group. Thus, it is hoped to contribute to fill certain gaps in historiography about the subject and also to discuss how the methodology of armed struggle works as a social imaginary that was responsible for catalyzing the activities of these militants, at the same time that this imaginary prevented the evaluation of the actions of the group.

KEYWORDS

Guerrilla; lefts-party; Dictatorship-Military.

NOTAS

1. Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo. Contato: cmalagutti@gmail.com
2. *Ao povo brasileiro*. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp
3. Segundo relatório do DOPS, esse documento foi apreendido em um assalto ao carro forte São Paulo que levaria o pagamento da firma “Massey Ferguson” em

1968. Apesar de o documento original não ser datado e o arquivo Brasil Nunca Mais apresentar o mesmo como sem data, é possível afirmar que se trata do mesmo documento e que a data é precisa. OS1079 Dossiê de Ordem Social. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

4. *Ao povo brasileiro*. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

5. *Ao povo brasileiro*. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

6. *Justiçamento* era o termo utilizado pelas organizações guerrilheiras para o ato de assassinar pessoas vistas como sendo inimigos. O uso do termo está diretamente relacionado com a ideia de justificar a ação, para que fosse não vista como um assassinato qualquer. Remetia à ideia de fazer justiça. CF: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular, 2014.

7. OS1079 “Panfletos”. Acervo Deops. Ordem Social. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

8. *Ibidem*.

9. O assalto à Rádio Nacional ocorreu em agosto de 1969 e, nessa ação, um grupo de 12 militantes da organização clandestina executou um plano para irradiar uma transmissão de um manifesto escrito por Marighella e previamente gravado em um estúdio com a voz de Gilberto Luciano Belloque, militante do movimento estudantil e que entrou na ALN após a promulgação do AI-5. Belloque articulou a ação com Hermínio Sacchetta, que era militante do PCB e editor chefe da Rádio Nacional. Desse modo, a ação foi uma oportunidade que apareceu e foi um ato isolado. MAGALHÃES, Mário. *Carlos Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 2012. pp. 452

10. *O Guerrilheiro* teve dez edições, que circularam entre 1968 e 1973; sua primeira aparição aconteceu em abril de 1968. Essa edição embrionária foi totalmente diferente das demais edições, que serão analisadas posteriormente. A diagramação era similar à de um jornal. Na parte superior, em letras garrafais, encontra-se o título da publicação e, ao lado do título, o número da edição, a data de publicação e o preço. Sua descontinuidade entre a primeira edição, de 1968 e a segunda, de 1973, revela como sua elaboração também foi esporádica e não pode ser vista como uma estratégia de diálogo com as massas.

11. *Questões de Organização*. Cedem/Unesp.

12. DO VALLE, Maria Ribeiro. *1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Editora da Unicamp, 1999. pp. 23 - 24

13. ROLLEMBERG, Denise. *Esquerdas revolucionárias e luta armada*. IN: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 67

14. MUNTEAL FILHO, Oswaldo; DE FREIXO, Adriano; VENTAPANE, Jacqueline. *“Tempo negro, temperatura sufocante”*: estado e sociedade no Brasil do AI-5. ED. PUC-Rio, 2008.

15. WEICHERT, Marlon Alberto. *O financiamento de atos de violação de Direitos Humanos por Empresas durante a ditadura brasileira*. *Revista Acervo*, v. 21, n. 2, p. 183-192, 2011.

16. A tortura foi praticada durante todo o regime militar. Com a Operação Bandeirante ela caminhou para sua institucionalização, transformando-se assim em uma política de estado. CF: JOFFILY, Mariana. *No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI-CODI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Edusp, 2012.
17. JOFFILY, Mariana. 2013. *Op. Cit.*, pp 39 - 40
18. *Ibidem*.
19. *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. Arquivo Público do Estado. 50 – Z – 9 – 86 - 16084
20. *Carlos Marighella: vida e obra criadora*. CEDEMA. <http://www.cedema.org/?ver=portada> acesso em 04/10/2016
21. *Venceremos*. Nº 1. Cedem/Unesp.
22. *Venceremos*. Nº 1. Cedem/Unesp.
23. *Venceremos*. Nº 1. Cedem/Unesp.
24. *Venceremos*. Nº 1. Cedem/Unesp.
25. *Venceremos*. Nº 1. Cedem/Unesp.
26. *Venceremos*. Nº 2. Cedem/Unesp.
27. *Venceremos*. Nº 2. Cedem/Unesp.
28. REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
29. Conceituar esses distintos setores sociais é uma tarefa bastante complexa. Aqui, estamos dialogando com o que Denise Rollemberg chama de *zona cinzenta*, uma parcela heterogênea da população, com visões políticas influenciadas pela propaganda de massa. CF: ROLLEMBERG, Denise. *Memória, opinião e cultura política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974)*. Modernidades alternativas, v. 1, p. 57-96, 2008.
30. ROLLEMBERG, Denise. *Op. Cit.*, pp. 79 - 80
31. O Movimento de Libertação Popular, MOLIPO, foi um grupo dissidente da ALN que se formou em Cuba durante o treinamento guerrilheiro recebido em 1970. Há poucas referências bibliográficas sobre a experiência da MOLIPO, sobretudo porque ela praticamente se constituiu apenas como um projeto. Segundo Ridenti, a forte repressão policial e o sistema de informações do exército que já havia mapeado as conexões com Cuba levaram a organização a ser totalmente destruída já em 1973, sem que tivessem obtido qualquer tipo de prática guerrilheira. A grande maioria dos integrantes dessa organização foi assassinada e poucos militantes conseguiram ir para o exílio. CF: RIDENTI, Marcelo. *Op. Cit.*, p. 41. CABRAL, Otávio. *Dirceu: a biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2013. p. 91
32. A Tendência Leninista (TL) se formou no exílio chileno em 1971 e utilizou a revista *Debate* para fazer críticas ao movimento guerrilheiro no Brasil. CF: A revista *Debate* foi editada em Paris entre os anos de 1970 e 1982, tendo como editor-chefe

João Quartim de Moraes, que havia sido dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Sua importância no exílio de brasileiros foi enorme, uma vez que em torno da revista surgiu um centro de estudos e de agitação cultural na capital francesa. Ao mesmo tempo, surgiu uma versão da revista editada no Chile que trazia a versão em espanhol de *Debate*, editada com o título de *Teoria y Practica*. CF: ROLLEMBERG, Denise. “Debate no exílio: em busca de renovação”. RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, v. 6, p. 291-339

33. Uma autocrítica necessária. Cedem/Unesp.

34. Balanço dos três anos. Cedem/Unesp.

35. Idem.

36. RIDENTI, Marcelo. *Op. cit.*, p. 246.

37. Foram encontrados ao todo seis edições dessa segunda versão de *O Guerrilheiro*, que se somou à primeira edição de 1968 anteriormente analisada. São elas: Nº 2, de novembro de 1970; Nº 5, maio/junho de 1972; Nº 6, agosto de 1972; Nº 8, outubro/novembro de 1972; Nº 9, janeiro de 1973 e Nº 10, abril de 1973. As demais edições não foram localizadas e o desmonte da organização logo em seguida ao número 10 indica que essa foi a última edição publicada. As edições de 1 a 8 encontram-se no Cedem/Unesp. As duas últimas edições no acervo Brasil Nunca Mais do AEL/Unicamp.

38. *O Guerrilheiro*. N. 5. Cedem/Unesp.

39. Idem.

40. Idem.

41. É possível verificar algumas ações públicas esporádicas da organização até o final de 1974. Essas ações, porém, se concentram no campo da propaganda as massas. No entanto, utiliza uma ferramenta muito distinta daqueles panfletos e dos jornais publicados. Uma prática comum a partir de 1972 é a panfletagem ou inscrição nos muros de empresas, como é o caso de panfleto encontrado na sede do grupo Votorantin, em São Paulo.

42. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular, 2014 pp. 281 - 282

43. PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. Editora Brasiliense, 1990. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular, 2014.

44. *O Guerrilheiro*. N. 9. Acervo Brasil Nunca Mais. AEL/Unicamp.

45. Idem.

46. Idem.

47. RIDENTI, Marcelo. *Op. cit.*, p. 270